

Papel do Congresso não está definido

O deputado Ulysses Guimarães defendeu mais uma vez a criação de uma comissão representativa para elaborar a legislação ordinária durante o funcionamento da Constituinte, acrescentando um novo elemento: o seu presidente assumiria as funções de vice-presidente da República, atualmente exercidas pelo próprio Ulysses.

— Se a Câmara e o Senado chegarem a um entendimento para constituir a comissão representativa, seu presidente, que poderá ser um deputado ou um senador, deveria ser o vice-presidente da República. Assim, o presidente da Constituinte não terá preocupação com a vice-presidência da República — disse.

O presidente da Câmara não quis confirmar que é candidato à presidência da Constituinte, mas a proposta feita ontem poderá ajudar tanto sua candidatura quanto a acolhida da idéia de criação da comissão representativa, derrotada há poucos dias na comissão mista que examinou a emenda Sarney. A vice-

presidência da República seria um atrativo para facilitar a aprovação da proposta no Senado, uma vez que se Ulysses, como deputado, presidisse a Constituinte, a tradição pediria que ao Senado coubesse a presidência da comissão representativa.

BORNHAUSEN

O presidente do PFL, Jorge Bornhausen, defendeu ontem o funcionamento normal da Câmara e do Senado durante a Assembleia Nacional Constituinte — sem necessidade de criação de uma comissão especial para legislar ordinariamente — com a suspensão dos períodos de recesso enquanto não for promulgada a nova Carta.

— Trabalhar mais não faz mal a ninguém — afirmou Bornhausen — explicando que o funcionamento normal da Câmara e do Senado separadamente está previsto na atual Constituição, que ficará em vigor até a promulgação da nova.

CULATRA

O presidente do Senado, José Fragelli, apontado

como “precipitado e ingênuo” na madrugada de ontem ao decidir pela anulação da votação do Senado, constatado o voto do ausente Saldanha Derzi, ressurgiu ontem à tarde como um político extremamente inteligente, que fez o jogo dos adversários para evitar o pior. A sua manobra ajudou o Governo a ganhar tempo para arregimentar mais senadores e obter a aprovação da Constituinte na votação de ontem à tarde.

O pedido de anulação da votação pelo Senado do segundo turno da Constituinte terminou sendo um verdadeiro “tiro pela culatra”. Se os deputados Cunha Bueno (PDS-SP) e José Genoíno (PT-SP) tivessem requerido apenas a anulação do voto do ausente Saldanha Derzi, a matéria teria sido rejeitada por falta de quorum para a sua aprovação. Fragelli atendeu prontamente o pedido de anulação e convocou nova sessão para ontem à tarde, quando a emenda do Governo que convoca a Constituinte, através do substitutivo do deputado Valmor Giavarina, foi finalmente aprovada.